



DERI

Relatório Anual de Informações 2011



derminas
Sociedade Civil de Seguridade Social

Mensagem da Diretoria Executiva

Em cumprimento aos dispositivos legais e estatutários que disciplinam as Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPC, a Diretoria Executiva da Derminas - Sociedade Civil de Seguridade Social apresenta aos participantes e assistidos de seu Plano de Complementação de Pensão o presente Relatório Anual de Informações contendo as Demonstrações Financeiras Consolidadas referentes ao exercício social de 2011, bem como as demais informações relativas à gestão da Entidade.

- Balanço Patrimonial - Consolidado
- Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - Consolidada
- Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - Consolidada
- Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios
- Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios
- Demonstração das Obrigações Atuariais do Plano de Benefícios
- Notas Explicativas  s Demonstrações Financeiras
- Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras
- Parecer Atuarial
- Parecer do Conselho Fiscal
- Manifestação do Conselho Deliberativo

Nossos agradecimentos à Diretoria do DER/MG, Patrocinador desta Entidade, bem como aos membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, pela participação efetiva nas questões de interesse dos participantes e assistidos da Derminas.

Política de Investimentos dos Recursos Garantidores do Plano de Benefícios

O Comitê de Investimentos da Derminas submeteu   aprovação do Conselho Deliberativo em dezembro de 2011, a revisão da política de investimentos para 2012, com base no cenário econ mico, na gestão de riscos e na diversificação dos recursos.

A nova política de investimentos manteve as diretrizes da versão anterior e a principal mudanç a foi a inclusão da Letra Financeira como ativo elegível para a carteira própria.

O relatório resumo da política de investimentos encontra-se disponível para consulta na página eletr nica da Entidade (www.derminas.org.br).

Resumo do Demonstrativo de Investimentos

Apresentamos, em anexo, o resumo do demonstrativo dos investimentos na posição de 31/12/2011 e as respectivas notas explicativas.

Em 2011 o retorno consolidado dos investimentos não atingiu a meta atuarial, como pode ser observado na tabela comparativa de rentabilidade, em decorrência do desempenho negativo da Bolsa de Valores durante o período.

Para 2012, a expectativa é de menor volatilidade do mercado financeiro e que a recuperação do Ibovespa possa refletir a estratégia da Derminas de reduzir a alocação em renda variável e alongar o prazo dos investimentos em títulos públicos federais e em ativos de baixo risco de crédito.

Vale destacar que a Derminas já promoveu a redução de 33% nas despesas com prestadores de serviç os, em observância ao Plano de Gestão Administrativa implementado em 2010.

Situação Atuarial do Plano

O plano de benefícios administrado pela Derminas encerrou o ano de 2011 com um superávit de R\$ 32.790 mil, que representa 11,74% do total das provisões matemáticas. Este resultado possibilitará uma redução média de 14% no valor das contribuições dos participantes e do patrocinador, a partir do mês de abril de 2012.

Para maiores informações acesse a Demonstração Atuarial no site (www.derminas.org.br).

Demonstrações Financeiras

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO

(Em R\$ mil)

ATIVO	Exercício findo em	
	31.12.11	31.12.10
DISPONÍVEL	51	441
REALIZÁVEL	314.747	297.343
Gestão Previdencial	455	117
Gestão Administrativa	748	-
Investimentos	313.544	297.226
Títulos Públicos	146.409	136.917
Créditos Privados e Depósitos	35.407	28.809
Ações	25	45
Fundos de Investimentos	95.880	95.172
Empréstimos	12.272	16.084
Investimentos Imobiliários	23.551	20.199
PERMANENTE	257	230
Imobilizado	235	174
Diferido	22	56
Total do Ativo	315.055	298.014

As notas explicativas integram as Demonstrações Financeiras.

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO

(Em R\$ mil)

PASSIVO	Exercício findo em	
	31.12.11	31.12.10
EXIGÍVEL OPERACIONAL	290	239
Gestão Previdencial	19	19
Gestão Administrativa	263	216
Investimentos	8	4
EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	750	16
Gestão Administrativa	750	8
Investimentos	-	8
PATRIMÔNIO SOCIAL	314.015	297.759
Patrimônio de Cobertura do Plano	312.184	295.930
Provisões Matemáticas	279.394	246.056
Benefícios Concedidos	124.536	109.239
Benefícios a Conceder	154.858	136.817
Equilíbrio Técnico	32.790	49.874
Resultados Realizados	32.790	49.874
Superávit Técnico Acumulado	32.790	49.874
Fundos	1.831	1.829
Fundos Administrativos	910	979
Fundos dos Investimentos	921	850
Total do Passivo	315.055	298.014

As notas explicativas integram as Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL - CONSOLIDADA

(Em R\$ mil)

DESCRIÇÃO	Exercício findo em		Variação
	31.12.11	31.12.10	%
A) Patrimônio Social - início do exercício	297.759	274.688	8
1. Adições	31.002	38.286	(19)
Contribuições Previdenciais	1.230	525	134
Resultado Positivo dos Investimentos Gestão Previdencial	25.986	33.876	(23)
Receitas Administrativas	3.135	2.976	5
Resultado Positivo dos Investimentos Gestão Administrativa	142	142	-
Constituição de Fundos de Investimentos	509	767	(34)
2. Destinações	(14.746)	(15.215)	(3)
Benefícios	(10.962)	(10.668)	3
Despesas Administrativas	(3.170)	(3.284)	(3)
Constituição de Contingências Gestão Administrativa	(175)	(190)	(8)
Reversão de Fundos de Investimento	(439)	(1.073)	(59)
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido	16.256	23.071	(30)
Provisões Matemáticas	14.961	42.123	(64)
Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	1.293	(18.390)	(107)
Fundos Administrativos	(68)	(356)	(81)
Fundos dos Investimentos	70	(306)	(123)
4. Operações Transitórias	-	-	-
B) Patrimônio Social - Final do exercício (A+3+4)	314.015	297.759	5

As notas explicativas integram as Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - CONSOLIDADA

(Em R\$ mil)

DESCRIÇÃO	Exercício findo em		Variação
	31.12.11	31.12.10	%
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	979	1.334	(27)
1. Custeio da Gestão Administrativa	3.277	3.115	5
1.1. Receitas	3.277	3.115	5
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	1.495	2.099	(29)
Custeio Administrativo dos Investimentos	1.620	870	86
Taxa de Adm. de Emp. e Financiamentos	20	-	-
Resultado Positivo dos Investimentos	142	141	1
Outras Receitas	-	5	(100)
2. Despesas Administrativas	(3.346)	(3.470)	(4)
2.1. Administração Previdencial	(1.697)	(1.516)	12
Pessoal e Encargos	(825)	(711)	16
Treinamentos/Congressos e Seminários	(6)	(3)	100
Viagens e Estádias	(4)	(1)	300
Serviços de Terceiros	(360)	(309)	17
Despesas Gerais	(314)	(310)	1
Depreciações e Amortizações	(81)	(78)	4
Contingências	(93)	(96)	(3)
Outras Despesas	(14)	(8)	75
2.2. Administração dos Investimentos	(1.649)	(1.954)	(16)
Pessoal e Encargos	(933)	(945)	(1)
Treinamentos/Congressos e Seminários	(11)	(6)	83
Viagens e Estádias	(8)	(2)	300
Serviços de Terceiros	(447)	(689)	(35)
Despesas Gerais	(153)	(211)	(27)
Contingências	(83)	(93)	(11)
Outras Despesas	(14)	(8)	75
3. Resultado Negativo dos Investimentos	-	-	-

Continua na próxima página

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - CONSOLIDADA (Continuação)

(Em R\$ mil)

DESCRIÇÃO	Exercício findo em		Variação %
	31.12.11	31.12.10	
4. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)	(69)	(355)	(81)
5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	(69)	(355)	(81)
6. Operações Transitórias	-	-	-
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5+6)	910	979	(7)

As notas explicativas integram as Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

(Em R\$ mil)

PLANO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO

DESCRIÇÃO	Exercício findo em		Variação %
	31.12.11	31.12.10	
1. Ativo	314.123	297.782	5
Disponível	-	349	(100)
Recebível	2.050	1.573	30
Investimentos	312.073	295.860	5
Títulos Públicos	146.409	136.916	7
Créditos Privados e Depósitos	35.407	28.809	23
Ações	25	45	(44)
Fundos de Investimento	94.409	93.806	1
Empréstimos	12.272	16.085	(24)
Investimento Imobiliário	23.551	20.199	17
2. Obrigações	108	22	391
Operacional	108	22	391
3. Fundos não Previdenciais	1.831	1.830	-
Fundos Administrativos	910	979	(7)
Fundos dos Investimentos	921	851	8
4. Resultados a Realizar	-	-	-
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	312.184	295.930	5
Provisões Matemáticas	279.394	246.056	14
Superávit/Déficit Técnico	32.790	49.874	(34)

As notas explicativas integram as Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

(Em R\$ mil)

PLANO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO

DESCRIÇÃO	Exercício findo em		Variação %
	31.12.11	31.12.10	
A. Ativo Líquido - início do exercício	295.930	272.197	9
1. Adições	28.710	36.500	(21)
Contribuições	2.724	2.624	4
Resultado Positivo dos Investimentos Gestão Previdencial	25.986	33.876	(23)
2. Destinações	(12.456)	(12.767)	(2)
Benefícios	(10.962)	(10.668)	3
Custeio Administrativo	(1.494)	(2.099)	(29)
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido	16.254	23.733	(32)
Provisões Matemáticas	14.961	42.124	(64)
Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	1.293	(18.390)	(107)
4. Operações Transitórias	-	-	-
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	312.184	295.930	5
C) Fundos não Previdenciais	1.831	1.829	-
Fundos Administrativos	910	979	(7)
Fundos dos Investimentos	921	850	8

As notas explicativas integram as Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

(Em R\$ mil)

PLANO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO

DESCRIÇÃO	Exercício findo em		Variação
	31.12.11	31.12.10	%
Patrimônio de Cobertura do Plano (1+2)	312.184	295.930	5
1. Provisões Matemáticas	279.394	246.056	14
1.1. Benefícios Concedidos	124.536	109.239	14
Benefício Definido	124.536	109.239	14
1.2 Benefícios a Conceder	154.858	136.817	13
Benefício Definido	154.858	136.817	13
2. Equilíbrio Técnico	32.790	49.874	(34)
2.1 Resultados Realizados	32.790	49.874	(34)
Superávit técnico acumulado	32.790	49.874	(34)
Reserva de contingência	32.790	49.874	(34)

As notas explicativas integram as Demonstrações Financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Derminas é uma Sociedade Civil, sem fins lucrativos, instituída pelo Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER/MG, seu Patrocinador, em atividade regular desde 12 de fevereiro de 1981. O objetivo básico da Entidade é o de complementar pensão, por morte, aos beneficiários dos Participantes de seu Plano de Benefícios.

O Estatuto vigente foi aprovado pela Portaria PREVIC nº 204, de 01 de abril de 2010, e o Regulamento do Plano “Único”, de Benefício Definido, através do Ofício SPC nº 2.550, de 21 de agosto de 2000, ambos do Ministério da Previdência Social.

Os recursos garantidores para custeio dos benefícios do Plano são originários de contribuição mensal dos Participantes, à alíquota média de 0,5703% incidente sobre o salário base de contribuição e do DER/MG, na paridade de 1 para 1, bem como da rentabilidade de seus investimentos.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras são elaboradas e apresentadas em conformidade com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, em consonância com as determinações contidas na Resolução CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009, Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, na Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, e, quando aplicável, às interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, homologadas pelos Órgãos Reguladores e Fiscalizadores.

O conceito introduzido pelos Órgãos Normativos tem como principal característica segregar os registros contábeis em três gestões distintas (Previdencial, Assistencial e Administrativa) e o Fluxo dos Investimentos, comum à Gestão Previdencial e Administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações. Outras características apresentadas nas Demonstrações Financeiras da Derminas são: Balancetes do Plano de Benefício Previdencial e do Plano de Gestão Administrativa, Balancete Auxiliar utilizado para efetuar a consolidação dessas Demonstrações e Balancete Consolidado.

Em atendimento ao item 17 das Normas Gerais (Anexo C) da Resolução CNPC nº 08/2011, estão sendo apresentadas as seguintes Demonstrações comparativamente com as do exercício anterior: Balanço Patrimonial Consolidado, Demonstração da Mutações do Patrimônio Social – DMPS consolidada, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA consolidada, Demonstração do Ativo Líquido – DAL, Demonstração da Mutações do Ativo Líquido – DMAL consolidada e a Demonstração das Obrigações Atuariais do Plano – DOAP.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Títulos e valores mobiliários: a Resolução MPAS/CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, e suas disposições complementares estabelecem critérios para registro e avaliação contábil dos títulos e valores mobiliários, sendo que as principais mudanças introduzidas referem-se à classificação e critérios de avaliação dos títulos em duas categorias distintas:

- Títulos para negociação: têm o propósito de serem negociados e avaliados pelo valor de mercado; e
- Títulos mantidos até o vencimento: quando há intenção e capacidade financeira de a Entidade mantê-los em carteira até o vencimento, avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos.

b. Os investimentos imobiliários são registrados ao custo de aquisição, de acordo com o disposto no item 11, Anexo "A" da Instrução SPC nº 34/2009. Em dezembro de 2011, a Entidade reavaliou sua carteira de imóveis, através da empresa APC Engenharia de Avaliações Ltda., gerando um efeito líquido positivo de R\$ 3.747 mil. As edificações dos investimentos imobiliários são depreciadas às taxas correspondentes à vida útil remanescente fixada nos respectivos laudos de avaliação.

c. As operações com Participantes são avaliadas pelo respectivo valor, acrescido de rentabilidade prefixada de 1,5% ao mês, correspondente à taxa de juros pactuada nos contratos de empréstimos vigentes no exercício.

d. O Ativo Permanente é registrado ao custo de aquisição, com as depreciações calculadas pelo método linear, às seguintes taxas anuais: Instalações em Geral, Móveis, Utensílios, Máquinas e Equipamentos e Sistemas de Comunicação em 10%; Computadores e Periféricos em 20%; Ventiladores e Refrigeradores de Ar em 25% e Aparelhos Cinematográficos de Som e Projeção em 15%.

e. As férias vencidas, férias proporcionais e décimo terceiro salário, inclusive os respectivos encargos, são provisionados no Plano de Gestão Administrativa - PGA segundo o Regime de Competência.

f. Em atendimento às determinações legais contidas na Resolução CGPC de nº 29/2009, e da Instrução SPC nº 34/2009, as receitas administrativas da Entidade são debitadas ao Plano Previdencial, em conformidade com o Plano de Custeio vigente.

g. Em conformidade com a Resolução CGPC nº 29/2009 e com a Instrução SPC nº 34/2009, os registros das operações administrativas são efetuados através do PGA, que possui patrimônio próprio segregado do Plano de Benefícios Previdenciais.

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (Previdencial, Investimentos e Diretas) e reembolsos administrativos, deduzidas as despesas específicas da administração previdencial e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo.

O saldo do Fundo Administrativo é segregado por Plano de Benefício Previdencial, não caracterizando obrigações ou direitos aos Participantes, Assistidos e Patrocinador do plano.

As receitas administrativas da Entidade são debitadas ao Plano Previdencial em conformidade com o Plano de Custeio vigente. Para a determinação do saldo do Fundo Administrativo de cada Plano a Derminas utiliza o seguinte critério:

- Receitas: alocadas diretamente a cada Plano que as originou, sendo utilizadas as fontes de custeio previdencial e de investimentos;
- Despesas Específicas: alocadas diretamente ao Plano que as originou.

A Entidade constitui, ainda, Fundo Administrativo próprio com recursos provenientes de receitas diretas da Gestão Administrativa, conforme previsto no Regulamento do Plano de Gestão Administrativa. Suas fontes de custeio estão em conformidade com a Resolução CGPC nº 29/2009 e com as determinações contidas no Regulamento do PGA, aprovado pelo Conselho Deliberativo da Derminas.

4. REALIZÁVEL DA GESTÃO PREVIDENCIAL

A composição do saldo dos recursos a receber é a seguinte:

Descrição	Exercício findo em	
	31.12.11	31.12.10
■ Patrocinador	114	-
■ Participantes	114	114
■ Contribuições em Atraso – Patrocinador	227	-
■ Outros Realizáveis	-	3
Total (R\$ mil)	455	117

5. REALIZÁVEL DOS INVESTIMENTOS DA GESTÃO PREVIDENCIAL

A composição consolidada dos Investimentos é a seguinte:

Descrição	Exercício findo em	
	31.12.11	31.12.10
TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS	146.409	136.916
■ Notas do Tesouro Nacional	146.409	136.916
CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS	35.407	28.809
■ Certificado de Depósito Bancário – CDB	20.084	20.060
■ Depósito a Prazo com Garantia Especial – DPGE	15.290	8.748
■ Debênture	32	-
COMPANHIAS ABERTAS	25	45
■ Valores a Receber	25	45
FUNDOS DE INVESTIMENTOS	74.839	93.806
■ Renda Fixa	21.856	29.172
■ Ações	52.983	64.634
MULTIMERCADO	11.929	-
■ Fundos de Multimercado	11.929	-
DIREITOS CREDITÓRIOS	5.869	-
■ Fundos de Direitos Creditórios	5.869	-
PARTICIPAÇÕES	1.772	-
■ Fundos de Participações	1.772	-
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	23.551	20.199
■ Edificações	23.551	20.199
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	12.272	16.085
■ Empréstimos	12.272	16.085
Total (R\$ mil)	312.073	295.860

6. REALIZÁVEL DOS INVESTIMENTOS DA GESTÃO ADMINISTRATIVA

A composição consolidada dos Investimentos é a seguinte:

Descrição	Exercício findo em	
	31.12.11	31.12.10
■ Renda Fixa	1.471	1.366
Total (R\$ mil)	1.471	1.366

a. A Derminas mantém em sua Carteira Própria Notas do Tesouro Nacional - Série B que são classificadas no segmento de Renda Fixa, na categoria Títulos Mantidos até o Vencimento, avaliados pela curva dos papéis. A manutenção desses títulos tem o objetivo de fazer o hedge do passivo referente aos benefícios concedidos.

Títulos mantidos até o vencimento precificados pela curva em 31.12.11:

Vencimento	Quantidade	Valor (R\$ mil)
15.05.2015	8.000	15.840
15.05.2017	4.105	8.422
15.08.2020	15.007	31.680
15.08.2024	14.500	27.936
15.08.2030	2.200	4.825
15.05.2035	4.312	8.403
15.08.2040	7.150	15.752
15.08.2050	12.100	26.728

Títulos para negociação precificados pelo valor de mercado em 31.12.11:

Vencimento	Quantidade	Valor (R\$ mil)
15.05.2045	3.000	6.823

b. As aplicações em Fundos de Investimentos, não exclusivos, são atualizadas de acordo com o valor das respectivas cotas, que estão a valor de mercado.

7. ATIVO PERMANENTE DA GESTÃO ADMINISTRATIVA

A composição consolidada do Ativo Permanente é a seguinte:

Descrição	Exercício findo em	
	31.12.11	31.12.10
Permanente		
■ Imobilizado	235	174
■ Diferido	22	56
Total (R\$ mil)	257	230

8. EXIGÍVEL OPERACIONAL

Os compromissos a pagar referem-se a:

Descrição	Exercício findo em	
	31.12.11	31.12.10
■ Gestão Previdencial	19	19
■ Gestão Administrativa	263	216
■ Gestão de Investimentos	8	4
Total (R\$ mil)	290	239

9. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL – GESTÃO ADMINISTRATIVA

O exigível contingencial possui a seguinte composição:

Descrição	Exercício findo em	
	31.12.11	31.12.10
■ Gestão Administrativa	750	8
■ Gestão dos Investimentos	-	8
Total (R\$ mil)	750	16

10. FUNDOS

a. Administrativo

O Fundo da Gestão Administrativa é composto pela diferença entre as receitas (taxa de administração, carregamento previdencial e receitas diretas) e as despesas administrativas, e destina-se, basicamente, à cobertura de eventuais insuficiências do seu custeio. A movimentação do Fundo está demonstrada a seguir:

	31.12.10	Reversão	31.12.11
■ Fundo Administrativo	979	(69)	910

b. Investimentos

O Fundo de Quitação Por Morte destina-se à liquidação de empréstimos de Participantes, inclusive Autopatrocínados e Assistidos, motivado pelo falecimento do mutuário. Este Fundo é constituído com recursos arrecadados da carteira de empréstimos e baseado em estudos técnicos atuariais. Sua constituição (0,2%) compõe a taxa de juros dos empréstimos, atualmente estabelecida em 1,5% ao mês.

O Fundo de Financiamento de Empréstimos tem a finalidade de cobrir a expectativa de inflação refletida pela variação mensal do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC.

A movimentação foi a seguinte (R\$ mil):

	31.12.10	Constituição	31.12.11
■ Fundo de Quitação por Morte	493	57	550
■ Fundo de Financiamento de Empréstimos	358	13	371

11. CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – AJUSTES E ELIMINAÇÕES

Em cumprimento ao disposto no Anexo A, inciso II, item 6, da Instrução SPC nº 34/2009, a movimentação relativa aos ajustes e eliminações efetuadas no Balanço Consolidado está demonstrada a seguir:

Ativo	31.12.11
■ Participação no PGA	910
Movimento no Exercício	766
Total (R\$ mil)	1.676

Passivo	31.12.11
■ Participação no Fundo Administrativo do PGA	910
Movimento no Exercício	766
Total (R\$ mil)	1.676

12. PROVISÕES MATEMÁTICAS

As Provisões Matemáticas foram calculadas pela ATEST- Atuária e Estatística Ltda (CIBA Nº 88), conforme Parecer Atuarial, datado de 01.03.2012, assinado pela Atuária Jaqueline Figueiredo Ferreira (MIBA nº 2.211).

A composição consolidada das Provisões Matemáticas é a seguinte:

Descrição	Exercício findo em	
	31.12.11	31.12.10
Benefícios Concedidos	124.536	109.239
■ Benefícios do Plano	124.536	109.239
Benefícios a Conceder	154.858	136.817
■ Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	154.858	136.817
■ Benefícios do Plano	154.858	142.205
■ (-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	-	(2.694)
■ (-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	-	(2.694)
Total das Provisões Matemáticas (R\$ mil)	279.394	246.056

Premissas adotadas nos cálculos atuariais dos exercícios de 2011 e 2010

Hipóteses	
Indicador Econômico	INPC
Taxa Real Anual de Juros	5,00%
Fator de Determinação do Valor Real ao Longo do Tempo	
Salários	1,00
Benefícios da Entidade	1,00
Hipótese sobre Gerações Futuras de novos Entrados	Não considerada
Hipótese sobre Rotatividade	Não considerada
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT-49
Tábua de Entrada de Invalidez	Álvaro Vindas

A Administração da Entidade entende que o Plano de Benefícios encontra-se em boa situação econômico-financeira e foi avaliado de acordo com a legislação vigente, a partir de premissas e método atuarial apropriados.

Foram mantidas, nessa avaliação, as tábuas biométricas: AT-2000 Male, para medir o evento sobrevivência, a AT-49 para medir o evento mortalidade, bem como a taxa efetiva de juros de 5% ao ano (remuneração atuarial) para o retorno dos investimentos.

A Entidade ajustou o valor do benefício de sua responsabilidade com base na Lei Estadual nº 19.973, de 27.12.11, que estabelece diretrizes e parâmetros para a política remuneratória dos servidores públicos, dentre os quais as do Patrocinador, DER/MG, objetivando a avaliação atuarial das Reservas Matemáticas de seu Plano de Benefícios na posição 31.12.11.

O Plano de Benefícios está adequadamente capitalizado para garantir o pagamento dos compromissos relativos a todos os benefícios, em qualquer época, desde que se mantenham as condições estabelecidas atuarialmente.

Os resultados apontam Superavit Técnico Acumulado de R\$ 32.790 mil, equivalente a

11,74% do total das Provisões Matemáticas, integralmente registradas na conta de Reserva de Contingência, conforme demonstrado:

13. ADMINISTRAÇÃO E CUSTÓDIA DOS INVESTIMENTOS

Descrição	Exercício findo em	
	31.12.11	31.12.10
■ Equilíbrio Técnico (R\$ mil)	32.790	49.874
■ Resultados Realizados	32.790	49.874
■ Superávit Técnico Acumulado	32.790	49.874

Os investimentos dos recursos garantidores do Plano de Benefícios administrado pela Derminas foram efetivados, no exercício de 2011, em estrita observância à Resolução CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009 e à Política de Investimentos aprovada pelo Conselho Deliberativo para o período 2011-2015

Os serviços de custódia e de controladoria estão centralizados no Banco Itaú S.A.

14. OUTRAS INFORMAÇÕES

a. O equilíbrio do Plano de Benefícios, incluídas as variáveis contempladas no cálculo atuarial, mantém relação direta com as políticas de reajustes dos benefícios adotadas pelos Órgãos Oficiais de Previdência (IPSEMG e INSS) e a política remuneratória estabelecida pelo Governo do Estado de Minas Gerais para os servidores públicos, inclusive para o DER/MG, Patrocinador da Derminas, com reflexo nos benefícios de pensão e de complementação.

b. Apesar do incremento registrado nos recursos garantidores do Plano de Benefícios, observa-se que houve redução do Superávit Técnico Acumulado em relação ao exercício anterior. Tal fato resulta do ajuste incidente sobre a folha de pagamento do Patrocinador, decorrente das novas diretrizes e parâmetros estabelecidos para os servidores públicos de Minas Gerais, que repercutem sobre os benefícios concedidos e a conceder, e do aprimoramento na definição do passivo, através da revisão empreendida nas informações cadastrais de Participantes e Assistidos e nos procedimentos para execução dos cálculos atuariais que resultaram em aumento das Provisões Matemáticas necessárias para assegurar os benefícios concedidos e a conceder.

c. A Entidade realiza operações financeiras expostas a riscos de mercado, de crédito e de liquidez, entre outros. O monitoramento destes riscos é efetuado através de políticas de controle, estabelecimento de estratégias de operações, determinação de limites e outras técnicas de acompanhamento das alocações. Em 31.12.11, os instrumentos financeiros estavam diversificados, em instituições selecionadas pelo Comitê de Investimentos da Entidade, para compatibilizar as necessidades do passivo ao fluxo financeiro do ativo, com adoção de estratégias operacionais e princípios de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência.

d. Os seguros contra incêndio dos imóveis locados são de responsabilidade dos locatários; entretanto, a Entidade realiza seu monitoramento, tempestivamente.

15. CONTINGÊNCIAS

a. As Entidades Fechadas de Previdência Complementar não auferem faturamento pela prática das atividades autorizadas pela legislação específica, portanto, existem razões substantivas de inconstitucionalidade das exigências contidas na Lei Federal nº 9.718, de 27.01.98, para as contingências a seguir relacionadas:

■ Em junho de 2002, a Derminas foi autuada pela Secretaria da Receita Federal pelo não recolhimento do PIS "Faturamento", relativo ao período de 1996 a 1999, no montante estimado de R\$ 798 mil. A Derminas, através de sua Assessoria Jurídica contratada, impugnou administrativa e judicialmente o auto de infração e considera, via judicial, remota a possibilidade de desfecho desfavorável para a Entidade, não constituindo, conseqüentemente, qualquer provisão.

■ Em abril de 2006, a Derminas impetrou mandado de segurança para não se sujeitar ao recolhimento do PIS/Cofins; entretanto, vem depositando em juízo os valores apurados

mensalmente. Requereu, ainda, o ressarcimento dos valores recolhidos desde a competência de 2001 ou a sua compensação com outros tributos federais. A Assessoria Jurídica considera remota a possibilidade de desfecho desfavorável para a Entidade.

b. A Derminas é parte na ação de repetição de indébito de Imposto de Renda sobre Operações Financeiras, aviada em 1988 perante a 6ª Vara da Justiça Federal, em Belo Horizonte/MG. A execução de sentença, com decisão favorável transitada em julgado em 1993, encontra-se em fase de liquidação do valor de R\$ 8.031 mil, apurado pela Contadoria Judicial, em 21.05.08, não obstante a existência de recursos protelatórios para definição do pagamento, que deverá ocorrer através de precatório. A Derminas não contabilizou o valor resultante da execução da sentença.

c. A Derminas é signatária de ação ordinária interposta pela ABRAPP, em face da União Federal, BNDES e FND, em tramitação na 23ª Vara Federal do Rio de Janeiro/RJ, desde 11.10.91, pleiteando a atualização de expurgos inflacionários das OFND. Não obstante a existência de decisão favorável, transitada em julgado, desde 29.11.10, a Entidade não efetuou a contabilização do valor resultante de execução da sentença (R\$ 10.810 mil, apurado em junho/2011), procedimento esse que está de acordo com orientação da Diretoria de Assuntos Atuariais, Contábeis e Econômicos da PREVIC.

16. FATOS RELEVANTES

a. Em 2007 foi realizada Ação Fiscal no Plano de Benefícios administrado pela Derminas, na qual questionou-se a legalidade das contribuições vertidas pelo Patrocinador, através do Relatório de Fiscalização SPC nº 008/2007/ERMG. Em 27.05.11 a Entidade recebeu o Ofício 062/2011/ERMG/PREVIC comunicando algumas determinações a serem cumpridas. Contudo, em 06.07.11, em decorrência de manifestações da Derminas, com documentos comprobatórios do fiel cumprimento das exigências legais feitas contemporaneamente pela Secretaria de Previdência Complementar, o Chefe do Escritório Regional da PREVIC, em Belo Horizonte, considerou como sobrestadas as determinações do referido ofício, resolvendo submetê-las ao Órgão Regulador e Fiscalizador, de Brasília. Assim, em 29.08.11, representantes da Derminas participaram de reunião com a Diretoria de Fiscalização e Procuradoria da PREVIC, no Distrito Federal, que motivou a elaboração do documento "Memória da Reunião", anexado ao processo SIPPS 29711563, para subsidiar a elaboração de "Parecer Específico", mais aprofundado, requerido pelo Diretor de Fiscalização, para solucionar a questão. Em virtude disso, o processo encontra-se pendente de reexame e nova deliberação da PREVIC, sendo que a Administração da Derminas tem convicção de que obterá uma decisão plenamente favorável aos direitos e interesses dos participantes e assistidos da Entidade.

b. Face à referência contida no Relatório de Fiscalização supracitado e, seguidamente, nas Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras, inclusive em 2010, sobre pagamentos assumidos antecipadamente pela Derminas, no período de janeiro/2006 a abril/2010, foi elaborada Nota Técnica com os esclarecimentos acerca dos reflexos do Plano de Carreiras, Cargos e Vencimentos (PCCV) nos benefícios de pensão e de complementação, até que o IPSEMG os efetivasse. Em 14.02.12, foi enviado ao IPSEMG o Ofício DIR-023/2012 e o Anexo contendo a listagem dos 2.019 pensionistas enquadrados no PCCV (Lei Estadual 15.961, de 30.12.05), para ratificação/retificação e complementação das informações. A Derminas aguarda manifestação do IPSEMG, inclusive informações acerca do pagamento aos demais 1.281 pensionistas para possibilitar decisão do Conselho Deliberativo, tendo em vista a necessidade de tratamento isonômico com os demais 738 assistidos.

CONTADOR RESPONSÁVEL

Ricardo José da Silva
CRCMG - 046594/0-7
CPF: 583.692.606-91

DIRETORIA EXECUTIVA:

Helio Caixeta Borges
Diretor Superintendente e AETQ
CPF: 051.596.791-20

Maria da Glória Rabelo Quintino
Diretora Financeira
CPF: 249.443.436-04

Arnaldo Rodrigues
Diretor de Seguridade e ARPB
CPF: 083.358.426-04

PARECER ATUARIAL

ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2011

Avaliado em acordo com a legislação vigente, a partir de método atuarial e hipóteses apropriadas, o plano de benefícios previdenciários da DERMINAS Sociedade Civil de Seguridade Social apresenta solvência financeira e atuarial em 31/12/2011.

Apurados os compromissos e o plano de custeio, o plano de benefícios apresenta superávit da ordem de R\$ 32,8 milhões. Este valor deve ser integralmente registrado na conta Reserva de Contingência.

Os resultados ratificam a situação de solvência financeira e atuarial em que se encontra o Plano de Benefícios da DERMINAS.

Belo Horizonte, 01 de março de 2012.

ATEST – Atuária e Estatística Ltda.

Sócio Coletivo do Instituto Brasileiro de Atuária – CIBA nº 88

■ Jaqueline Figueiredo Ferreira
Atuária MIBA nº 2.221

■ Ivan Sant'Ana Ernandes
Atuário MIBA 506
Diretor Técnico

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros, Diretores, Associados e Patrocinador da
DERMINAS – SOCIEDADE CIVIL DE SEGURIDADE SOCIAL
Belo Horizonte - MG

1. Escopo dos exames

Auditamos as demonstrações financeiras da DERMINAS – SOCIEDADE CIVIL DE SEGURIDADE SOCIAL, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, bem como as demonstrações, por plano de benefícios, do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das obrigações atuariais para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

2. Responsabilidade da Administração

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, e pela determinação dos controles internos considerados como necessários para evitar que as mesmas contenham distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

3. Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossos exames, conduzidos de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, que requerem o cumprimento de exigências éticas de nossa parte e que os nossos trabalhos sejam planejados e executados com o objetivo de obter segurança razoável de que as citadas demonstrações estejam livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidências a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras, segundo julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nelas, independentemente se causada por fraude ou erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e da razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração da Entidade, bem como da apresentação das demonstrações tomadas em conjunto.

Acreditamos que as evidências de auditoria obtidas são suficientes e apropriadas para fundamentar nossa opinião.

4. Base para opinião com ressalva

Conforme mencionado na nota explicativa nº 16.b, encontra-se em fase final de apuração o montante passível de contabilização, referente às antecipações feitas pela DERMINAS, de parte de benefícios de responsabilidade do IPSEMG, no período de janeiro de 2006 a abril de 2010.

5. Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pelo contido no parágrafo anterior, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da DERMINAS – SOCIEDADE CIVIL DE SEGURIDADE SOCIAL em 31 de dezembro de 2011, e o desempenho de suas operações do exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pela PREVIC.

6. Outros assuntos

Conforme abordado na nota explicativa nº. 16.a, a Entidade está discutindo algumas determinações da PREVIC, as quais, todavia, foram por esta sobrestadas em meados de 2011, em face dos argumentos e documentos apresentados pela Derminas, estando, portanto, o processo pendente de reexame e nova deliberação daquele Órgão Regulador e Fiscalizador. A Administração da Entidade considera que essa questão será resolvida de forma favorável aos seus direitos, entendimento que só poderá ser corroborado quando da ultimate do processo.

7. Auditoria do exercício anterior

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, ora apresentadas para fins de comparação, foram por nós examinadas e nosso parecer sobre as mesmas, datado de 14 de março de 2011, conteve modificação, ressaltando o mesmo assunto descrito no item 4, retro.

Belo Horizonte, 13 de março de 2012.

Fernando Motta & Associados

Audidores Independentes
CRCMG - 757

■ Nilton José Ribeiro
Contador CRCMG – 43.491

■ Ivo de Almeida Motta
Contador CRCMG – 38.018

Parecer do Conselho Fiscal

Em atendimento a Resolução CNPC nº 08 de 31/10/2011, Anexo B, e da Instrução MPS/SPC nº 34, de 24/09/2009, o Conselho Fiscal, pelos seus membros abaixo assinados, na forma do art. 38, inciso II, do Estatuto da Derminas – Sociedade Civil de Seguridade Social, examinou as Demonstrações Financeiras Consolidadas e suas Notas Explicativas, o Demonstrativo Atuarial do Plano de Benefícios, o Relatório dos Auditores Independentes e Parecer do Atuário, referentes ao exercício de 2011. O Parecer deste Conselho é de que os atos de gestão foram praticados conforme as normas legais e refletem adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial, financeira e de resultado da Entidade em 31 de dezembro de 2011, razão pela qual manifesta-se favoravelmente à sua aprovação pelo Conselho Deliberativo.

Belo Horizonte, 13 de março de 2012.

■ Ronaldo Henrique Prado
Presidente em Exercício

■ Zacarias Monteiro dos Santos
Conselheiro

■ Cleber Eustáquio Oliveira Mascarenhas
Conselheiro

■ Roberto Dias Alves
Conselheiro

Manifestação nº 01/2012 do Conselho Deliberativo

O CONSELHO DELIBERATIVO da Derminas - Sociedade Civil de Seguridade Social, cumprindo o que dispõe o art. 29, inciso V de seu Estatuto e a Resolução CNPC nº 08 de 31/10/2011, Anexo B, e da Instrução MPS/SPC nº 34, de 24/09/2009, reuniu-se ordinariamente aos 15 dias do mês de março de 2012 e, após examinar o Relatório dos Auditores Independentes, Fernando Motta & Associados, o Parecer do Atuário, ATEST Atuária e Estatística Ltda, e o Parecer do Conselho Fiscal da Derminas, aprovou as Demonstrações Financeiras Consolidadas e suas Notas Explicativas e o Demonstrativo Atuarial do Plano de Benefícios relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

Belo Horizonte, 15 de março de 2012.

■ Ronaldo de Assis Carvalho
Presidente

■ Elias Costa de Rezende
Conselheiro

■ Murilo Eustáquio Santos Figueiredo
Conselheiro

■ Renê Custódio Cotrim
Conselheiro

■ Antônio José Nogueira
Conselheiro

■ Dalva Maria Ferreira de Souza
Conselheira



DERMINAS
Sociedade Civil de Seguridade Social

Avenida do Contorno, 6.064 • 1º e 2º andares • Funcionários
Belo Horizonte • MG • CEP 30110-926
Tel: (31) 2105-8500 • Fax: (31) 2105-8580
derminas@derminas.org.br • www.derminas.org.br